

## DEBT ANALYSIS OF BRAZILIAN ENVIRONMENTAL NGOS IN THE LIGHT OF THE DEPENDENCY

### ANÁLISE DE ENDIVIDAMENTO DAS ONGS AMBIENTAIS BRASILEIRAS À LUZ DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

#### Abstract

This study aims to analyze the indebtedness of the Brazilian environmental civil society organizations (CSOs), through the debt indices, in the light of the dependency theory, identifying the risk of financial sustainability. The methodology has a characteristic exploratory feature, with a quantitative approach for selecting all environmental CSOs cataloged in the database of the Institute of Applied Economic Research (IPEA, 2019), comprising 37 CSOs in Brazil. The accessibility criterion chosen was the availability of public information on its electronic sites, obtaining a sample with two environmental CSOs: the Costa Brasilis Institute and the Amazonas Sustainable Foundation. The debt ratios are: degree of short-term debt, degree of general indebtedness, degree of immobilization of shareholders' equity and degree of equity resources that are in non-current assets. The results of the calculated debt indices were: degree of short-term debt, degree of general indebtedness, degree of immobilization of shareholders' equity and degree of resources in equity. The averages of the results of these indexes for FAS in the studied period were: 4%, 5.3%, 3.6% and 4%, respectively. For ICB the results of the indices respectively were: 44.6%, 44.6%, 78.3% and 78.3%. The data show that FAS has a diversified portfolio of resource suppliers, however, even diversified, in terms of values, the portfolio is concentrated in 3 main resource suppliers, which together represent an average of 75% of the total funds raised, with an Index overhead in the years studied, aiming at maintaining the constant. The ICB entity in the years studied, it was found that the entity does not maintain a constant overhead index, which increased from 2014 to 2016 by 30%, which may mean that, in the crisis period, it had difficulty maintaining its expenses, requiring more administrative resources to make their projects viable. The contributions of the study in a practical way, the monitoring of the level of indebtedness for the entities generates a vision of risks, in order to prepare for moments of economic retraction, considering that one of the principles of the theory of dependency is to seek to reduce the dependence on resources and increase their autonomy and flexibility by diversifying the sources of funds.

**Keywords:** Debt Analysis, Environmental NGOs, Dependency Theory.

#### Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar o endividamento das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ambientais brasileiras, por meio dos índices de endividamento, à luz da teoria da dependência, identificando o risco de sustentabilidade financeira. A metodologia tem característica exploratória, com abordagem quantitativa por selecionar todas as OSCs ambientais catalogadas na base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), compondo 37 OSCs no Brasil. O critério de acessibilidade escolhido foi pela disponibilidade forma pública, em seus sítios eletrônicos, as informações contábeis obtendo uma amostra com duas OSCs ambientais: o Instituto Costa Brasilis e a Fundação Amazonas Sustentável. Os índices de endividamento são: grau de endividamento de curto prazo, grau de endividamento geral, grau de imobilização do patrimônio líquido e grau de recursos do patrimônio social que estão no ativo não circulante. Os resultados dos índices de endividamento calculados foram: grau de endividamento de curto prazo, grau de endividamento geral, grau de imobilização do patrimônio líquido e o grau de recursos do patrimônio social. As médias dos resultados desses índices para a FAS no período estudado foram de respectivamente de: 4%,

5,3%, 3,6% e de 4%. Para ICB os resultados dos índices respectivamente foram: 44,6%, 44,6%, 78,3% e 78,3%. Os dados apontam que a FAS possui uma carteira diversificada de fornecedores de recursos, porém, mesmo diversificada, em questão de valores a carteira se concentra em 3 principais fornecedores de recursos, que somados representam em média 75% do total captado de recursos, com Índice de *overhead*, nos anos estudados, apontando para manutenção do constante. A entidade ICB nos anos estudados, verificou-se que a entidade não mantém um Índice de *overhead* constante, o qual aumentou de 2014 para 2016 em 30%, podendo significar que, no período de crise, apresentou dificuldade de manutenção de suas despesas, necessitando de mais recursos administrativos para a viabilização de seus projetos. As contribuições do estudo de forma prática, o monitoramento do nível de endividamento para as entidades gera uma visão de riscos, de modo a se prepararem para momentos de retração econômica, considerando que um dos princípios da teoria da dependência é buscar diminuir a dependência de recursos externos e aumentar sua autonomia e flexibilidade diversificando as fontes de recursos.

**Palavras-chave:** Análise de Endividamento, ONGs Ambientais, Teoria da Dependência.

## 1 Introdução

A Constituição Federal/88, capítulo VI, artigo 225, §1º, inciso VII, referente às questões ambientais, determina como responsabilidade do Poder Público “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção das espécies ou submetam os animais a crueldade”. Assim, o Brasil é signatário na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD, 1992), pelo Decreto Legislativo n. 54/75 e Decreto n. 76.623/75, que tem como pressupostos a utilização sustentável e a repartição justa dos benefícios oriundos dos componentes da biodiversidade, enquanto o artigo 8º da Convenção Sobre Diversidade Biológica (CBD) trata da Conservação *in situ*, além da aplicação da Convenção de Washington sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e da Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES).

Segundo o Índice de Desempenho Ambiental de 2018, que avalia a performance ambiental de 180 países, o desempenho do Brasil na métrica Biodiversidade e Habitat obteve a 46ª colocação, enquanto na métrica de Conservação de Florestas o país ficou com a 96ª, e ficou na 69ª colocação, com nota 60,7 – de um total de 100 pontos possíveis. O país mais bem avaliado, a Suíça, recebeu nota 87,4, enquanto o país com pior desempenho, Burundi, teve 27,4 ([www.epi.envirocenter.yale.edu](http://www.epi.envirocenter.yale.edu)).

Nesse sentido, a relevância em estudar assuntos ambientais no contexto brasileiro se deve ao destaque frente a outros países em relação a sua proporção territorial e à biodiversidade no território brasileiro, 60% da floresta amazônica, a qual corresponde a quase metade do território brasileiro (49,29%) (Araújo, 2019). O Fundo Amazônia criado pelo Decreto n. 6.527/2008, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), informa no relatório de atividades (Fundo Amazônia, 2018) que 38% do valor do fundo foi destinado para as Organizações sem Fins Lucrativos (ONGs). Em 2018 um estudo da WWF-Brasil em parceria com a ONG Contas Abertas (Salomão, 2018) indica que houve uma queda de 1,3 bilhão de repasses ao Ministério do Meio Ambiente (MME): enquanto em 2013 o orçamento aprovado havia sido de 5 bilhões, em 2018 o orçamento aprovado foi de 3,7 bilhões, tendo um efeito de diminuição de verbas para todos os principais projetos. Um dos fatores desta diminuição se dá pelo fato de terem sido detectadas irregularidades, com acompanhamento da Controladoria-Geral da União (CGU), de como as ONGs empregaram dinheiro oriundo do fundo.

Dentre as causas sociais, este trabalho buscou estudar em específico a questão do endividamento das ONGs ambientais, por ter relevância social no posicionamento do debate do

direito de participação na conservação do meio ambiente, conforme estabelecido no artigo 225 da Constituição Federal/88, que consagra o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental e assegura aos cidadãos o dever de atuar em sua defesa.

Estudos anteriores apontam os desafios da sustentabilidade financeira das ONGs, como o de C. Cruz e Estraviz (2000), defendendo que toda entidade precisa de recursos para realizar a sua missão, e no terceiro setor a capacidade de variar os tipos de receita e não depender de apenas um tipo ajuda as organizações a terem permanência e continuidade de longo prazo. Além disso, a busca por novas ferramentas de gestão está oportunizando a reavaliação das rotinas e procedimentos administrativos que ajudarão no cumprimento da missão. Estes são desafios na busca pelo aprimoramento de processos que contribuam para uma melhor administração dos recursos, dos serviços prestados e, fundamentalmente, atender cada vez melhor ao seu público (Alves, Faria, & Fontenele, 2009). Portanto, a sustentabilidade está ligada tanto a questões internas dessas entidades, sua gestão, como a sua inserção sociopolítica de relacionamentos externos.

A prestação de contas passa a ser um dos mecanismos de controle como também de transparência para que os investidores sociais possam se sentir seguros, e manter a continuidade das atividades (Miranda, 2009). De acordo com as Interpretações Técnicas Gerais – ITG 2002 (Conselho Federal de Contabilidade [CFC], 2002) das normas internacionais de contabilidade, as ONGs são obrigadas a manter escrituração contábil levando em conta o exercício social e seguir as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) que são regidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Portanto, é indispensável para elas a elaboração de demonstrativos financeiros, que são: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas (CFC. ITG 2002, p. 22). Os procedimentos de evidenciação de informações de cunho social e ambiental estão previstos pelo CFC, por meio da Resolução n. 1.003/04, que aprovou a NBC T 15, em vigor desde 1º de janeiro de 2006.

Para estas informações, sejam qualitativas ou quantitativas, voltadas para a sustentabilidade financeira das entidades, a contabilidade dispõe sobre estudos dos indicadores de análise de endividamento ligados às decisões de financiamento e investimento, servindo para demonstrar as linhas de decisões financeiras adotadas em termos de obtenção e aplicação de recursos (A. A. Silva, 2017, p. 150). Portanto os indicadores funcionam com objetivo de demonstrar a transparência, e para isso precisam ser divulgados e analisados (Gonçalves, Freitas, Silva, & Correia, 2018, p. 766), e também como ferramenta de avaliação e controle comparando o desempenho com os resultados desejados, fornecendo um *feedback* necessário para que os gestores avaliem os resultados e busquem ações corretivas (Wheelen & Hunger, 2012).

Diante do contexto, este estudo busca responder à questão de pesquisa sobre o percentual de endividamento das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ambientais brasileiras, à luz da teoria da dependência, dentro do período histórico da crise financeira do Brasil de 2014 a 2016. O critério de escolha do período foi a hipótese de que, diante de um cenário econômico em crise, as transferências de recursos tendem a diminuir e assim podem provocar dificuldades financeiras nas entidades, conforme apontam estudos afirmando que “a diminuição dos incentivos e retração das doações na área social, provenientes de agentes internacionais ou nacionais, é realidade imediata em épocas de crise econômica.” (Naves & Canineu, 2015). O período de estudo apontava que a economia brasileira se encontrava em recessão desde o segundo trimestre de 2014, segundo o Comitê de Datação do Ciclo Econômico (Codace) da Fundação Getúlio Vargas, tendo o produto *per capita* brasileiro caído cerca de 9% entre 2014 e 2016 ([www.portalibre.fgv.br/](http://www.portalibre.fgv.br/)).

Este estudo possui relevância de forma prática ao ajudar na gestão dos recursos financeiros das entidades, de modo a se prepararem para momentos de retração econômica, pois

um dos princípios da teoria da dependência é buscar diminuir a dependência de recursos externos e aumentar sua autonomia e flexibilidade diversificando suas fontes de recursos. O tema aplicado às entidades ambientais tem sua relevância nacional e internacional, por ser destaque de atuação nos mais diversos tipos de biomas dentre todos os países, conforme apresenta o relatório do Ministério do Meio Ambiente (Araújo, 2019), afirmando que o Brasil tem seis biomas das características mais distintas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, sendo a preservação ambiental tema de relevância para a sociedade brasileira como um todo.

Os índices utilizados neste estudo serão os referentes aos de endividamento, os quais permitem comparar a relação de recursos próprios com os de terceiros e mostram a situação financeira da entidade. Para entidades do terceiro setor, conforme o Manual de procedimentos para o terceiro setor (Grazzioli et al., 2015), quatro índices são necessários para a análise de endividamento: Grau de endividamento a curto prazo, Grau de endividamento geral, Grau de imobilização do Patrimônio Líquido e Grau de recursos do Patrimônio Líquido que está no Ativo Não Circulante.

O trabalho está dividido em quatro seções: a primeira seção apresenta uma introdução sobre a temática evidenciando a relevância do estudo e os desafios de gerenciamento de endividamento para as organizações do terceiro setor. Na segunda seção, apresentam-se os fundamentos relacionados aos indicadores de endividamento à luz da teoria da dependência. Na terceira seção, são classificadas a metodologia e os critérios de escolha das entidades, seguidos das análises e resultados. Por fim, apresenta-se a conclusão, referências e recomendações.

## **2 Referencial Teórico**

### **2.1 Teoria da Dependência e Gestão da Sustentabilidade Financeira**

O termo “dependência” sugere que há uma relação entre indivíduo ou entidades em que uma tem mais controle ou poder sobre a outra; a dependência é analisada a partir das estruturas de dominação (C. E. Martins & Valência, 2001). De acordo com a Teoria da Dependência (Pfeffer & Salancik, 1978), as organizações vivem uma relação de interdependência com o ambiente onde estão inseridas, e essa interdependência varia de acordo com a disponibilidade de recursos referentes à demanda, ou seja, em um ambiente em que a oferta dos recursos é maior do que a procura, a dependência da demanda sobre as organizações é menor. Defende a ideia de que as decisões são tomadas dentro do contexto político e interno das organizações, a fim de se relacionarem com as condições do ambiente onde estão inseridas.

O modelo recebe esta denominação pelo fato de supor que nenhuma entidade é capaz de gerar sozinha todos os tipos de recursos de que necessita para a sua sobrevivência. De modo complementar, pode-se dizer também que nem todas as atividades necessárias de uma entidade podem ser por ela desempenhadas de forma a torná-la autossuficiente (Hall, 1990).

Um dos aspectos importantes dessa teoria está na premissa da escolha de estratégias gerenciais para se adaptar ao meio, de como se relacionar com o ambiente dinâmico, interagindo a seu favor e captando recursos necessários e vitais para a tomada de decisões (Aldrich & Pfeffer, 1976; Pfeffer & Salancik, 1978). Desta forma, o comportamento das organizações torna-se ativo, pois estão elaborando estratégias para se adaptarem ao meio externo, com um ambiente em constante mudança (Aldrich & Pfeffer, 1976). A questão da gestão da Sustentabilidade Financeira pelas entidades do terceiro setor é caracterizada por não possuírem o objetivo de obter lucros; os recursos são provenientes da própria atividade, de doações e financiamentos, tanto públicos quanto privados, e a aplicação dos recursos é destinada para a manutenção do objetivo principal da entidade, havendo superávit será reinvestido para sua atividade fim (Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor. Grazioli et al., 2015).

Apesar do seu fim não ser a apuração de lucro, não significa que os recursos devem ser mal administrados ou até mesmo utilizar o mesmo tipo de gestão do segundo setor. Já que não operam com lucros convencionais e dependem de terceiros para sua existência, as organizações do terceiro setor precisam determinar exatamente a sua missão e atuação, para não perder esforços ou capital que não produzam o retorno esperado (Alves et al., 2009).

Randi et al. (2013) explicam que a sustentabilidade econômica é definida pela gestão eficiente dos recursos, caracterizando-se pela regularidade de fluxos de investimento, avaliando a eficiência por processos macrossociais. Os aspectos econômicos e financeiros da sustentabilidade podem abranger redução de custos operacionais, como aumento da produtividade, “como consequência de uma mão de obra qualificada e motivada; atração de mais investidores; e promoção de maior inclusão por índices de investimentos socialmente responsáveis” (Munck, 2014, p. 29).

Em nível gerencial, manter em dia os relatórios gerenciais e financeiros como o relatório da movimentação de caixa mostra que a entidade tem mais controle e é mais organizada. Esses relatórios gerenciais e financeiros são usados como base para a elaboração das demonstrações contábeis de uma entidade. Segundo Frezatti (2014), essas demonstrações geradas pela contabilidade pretendem indicar a potencialidade do fluxo de caixa para melhor gerenciar suas decisões, uma contabilidade gerencial estruturada é algo fundamental para a agilidade decisória dos gestores. Conforme E. Martins (1999), a demonstração de fluxo de caixa auxilia a avaliação da capacidade de gerar fluxos futuros, a capacidade de liquidar obrigações, a flexibilidade financeira da entidade e a taxa de conversão do lucro, no caso no terceiro setor o superávit, em caixa. As entidades do terceiro setor possuem uma estrutura financeira baseada em doações de terceiros, assim existem períodos programados das entradas de recurso; essa dependência de recursos externos exige planejamento dos gastos, das aplicações e do controle e acompanhamento rígidos das despesas a serem realizadas no período (Starosky, Carli, & Toledo, 2012), já que nem todos os recursos estão disponíveis em abundância e isto tem impacto significativo na maneira como eles lidam com os desafios. Desta forma, a redução de uma fonte pode elevar outra, todavia, ao aumentar a dependência de recursos externos, diminui a autonomia das organizações (Minatto, Oliveira, & Borba, 2019).

Além das doações “comuns”, as organizações também conseguem receitas através das várias fontes. Segundo Franco, Pereira e Sartori (2008), podem ser captados recursos através de agências internacionais de cooperação, venda de produtos e serviços, órgãos brasileiros do governo, empresas e fundações nacionais. A captação de recursos é um dos desafios para as entidades do terceiro setor, e quanto mais a entidade é transparente, melhor a captação. Outro fator para a sustentabilidade financeira, em tempos de crise, é ter o fim do processo da dependência de apenas uma fonte de recurso, para tanto pode-se ter ações como afirmam Alves, Faria e Fontenele (2009), expressas na Tabela 1.

## **Tabela 1**

### *Ações necessárias para a sustentabilidade financeira*

Ações	Objetivo	Autor
Variar fontes de financiamento	Relacionado ao maior ou menor endividamento ou maturidade das dívidas, os passivos (financiamentos) contabilizados pela empresa. São decisões que toda empresa toma de maneira contínua e inevitável, definindo sua estabilidade financeira e atratividade econômica.	Neto (2015, p. 30)
Desenvolver projetos para gerar receitas	Ter parcerias/alianças estratégicas, contratações temporárias e negociações de projetos e captação de recursos, além de promoverem reorganizações institucionais com o correspondente planejamento de atividades.	Tachizawa (2014, p. 12)

Profissionalizar os funcionários e o voluntariado	Aumentar a eficácia e eficiência de suas organizações, necessariamente passa pela profissionalização das pessoas que o compõem, para gerir recursos que garantam a sobrevivência das próprias entidades.	Santos (2012, p. 130)
Estratégias de comunicação	Estratégia que visa ao exercício da responsabilidade social e da gestão ambiental com o suporte da tecnologia da informação.	Tachizawa (2014, p. 105)
Buscar paradigmas de avaliação de resultados sociais	Indicadores de gestão tendem a melhorar a capacidade de monitoramento e avaliação dos projetos sociais executados e em andamento, bem como permitem o controle das atividades inerentes à ONG.	Tachizawa (2014, p. 136)
Desenvolver uma estrutura gerencial	Os relatórios não obrigatórios não fazem parte da estrutura básica das demonstrações contábeis que devem ser elaboradas para efeitos de divulgação, sendo normalmente destinados ao uso gerencial interno. Muitos desses relatórios são bastante importantes para a análise, permitindo que sejam obtidas conclusões mais completas sobre a situação da empresa. Exemplos: projeções de vendas, desempenho por produto etc.	Neto (2015, p. 48)

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de Santos (2012), Tachizawa (2014) e Neto (2015).

As parcerias que as instituições constroem são importantes para a gestão e, segundo C.Cruz e Estraviz (2000), existem 7 apoios que podem ser explorados, dependendo do tipo de entidade: (i) Indivíduos, pessoas físicas, que podem contribuir com trabalhos voluntários ou pagamento de mensalidade para a causa; (ii) Empresas, são parcerias que agregam maior visibilidade à causa, maiores valores e possibilidade de voluntários especializados; (iii) Fundações e Agências Internacionais, elas dão credibilidade à entidade e podem oferecer auxílio e treinamento; (iv) Recursos Públicos Governamentais, podem oferecer legitimidade e isenções fiscais; (v) Projetos de Geração de Renda, dão espaço para a geração de empregos, inovação e criatividade e melhor planejamento; (vi) Eventos, onde é feita a divulgação dos projetos e aproximação com a comunidade, (vii) Igrejas, são instituições que podem divulgar o projeto e apoiar a causa por longos períodos.

Além das parcerias, é preciso ter receitas regulares para poder arcar com todos os custos, as fontes de recursos financeiros. Segundo Randi et al. (2013), as receitas podem ser por meio de venda de produtos, organizações de eventos, produção de materiais, contratos de prestação de serviço, *crowdfunding* - um modelo atual que permite que indivíduos e/ou empresas financiem seus projetos através de doações coletivas - doações dedutíveis do imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, patrocínios, subvenções e auxílios, entre outros.

Especificamente na área de políticas públicas para a obtenção de recursos na área ambiental, o Fundo Nacional do Meio Ambiente, unidade do Ministério do Meio Ambiente, tem sido o principal agente financiador para a implementação dos projetos que integram a Política Nacional do Meio Ambiente (Randi et al., 2013).

## 2.2 Análise de Endividamento

“As organizações do Terceiro Setor não estão em busca de lucratividade, mas sim de permanência” (Miranda, 2009, p. 4), o que torna o estudo de análise de endividamento relevante para entender a saúde financeira das organizações, pois, mostrando os índices, é possível identificar como melhorar a gestão de seus recursos, excepcionalmente em tempos de crise. Um dos métodos para manter a saúde financeira é, segundo a teoria da dependência, diversificar as receitas.

A análise de endividamento é uma ferramenta financeira utilizada para demonstrar o nível de endividamento de uma entidade, ou seja, mostrar a proporção da utilização de capital próprio e de capital de terceiros (Crepaldi, 2017).

Para efetuar-se a análise de endividamento são utilizados alguns índices, tais como: Grau de endividamento a curto prazo, Grau de endividamento geral, Grau de imobilização do patrimônio líquido e grau de recursos do patrimônio líquido que está no ativo não circulante (Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor. Grazioli et al., 2015, p. 222).

O grau de endividamento a curto prazo é calculado pela divisão do passivo circulante pelo total do ativo, e expressa qual o percentual do ativo é financiado pelo capital de terceiros de curto e médio prazo. O grau de endividamento geral é calculado pela divisão do passivo total pelo ativo total e representa o percentual do ativo que é financiado por capital de terceiros. O grau de imobilização do patrimônio líquido (PL) é calculado pela divisão do total do imobilizado pelo patrimônio líquido, e seu resultado é o percentual de Patrimônio Líquido que se encontra investido no ativo imobilizado. No caso de uma empresa do terceiro setor, o Patrimônio Líquido é chamado de Patrimônio Social. O grau de recursos do patrimônio líquido que está no ativo circulante é calculado por meio da divisão entre o ativo não circulante total pelo patrimônio social e expressa o percentual de patrimônio social que se encontra investido no ativo não circulante (ANC) da entidade. (Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor. Grazioli et al., 2015, p. 222)

Segundo Neto (2015), o endividamento da empresa determina o risco financeiro ao qual ela está atrelada. Isso ocorre, pois instituições que possuem um nível de recurso de terceiros mais elevado em relação ao capital próprio podem comprometer sua capacidade de pagamentos em períodos de retração da atividade, afetando assim a saúde financeira da entidade.

De acordo com Téles (2003), o objetivo da análise de endividamento é mostrar numericamente a proporção da utilização de capitais próprios e de capitais de terceiros em uma entidade. A análise desse indicador por diversos exercícios permite compreender a política de obtenção de recursos de uma empresa. Em uma instituição do terceiro setor, o capital próprio é representado pelo patrimônio social e o capital de terceiros pelo passivo circulante somado ao passivo não circulante. Segundo Crepaldi (2017), o capitalismo moderno exige informações mais detalhadas e comparativas para que o usuário externo das demonstrações contábeis possa avaliar as condições de determinada companhia, com isso, o cálculo de índices como os de endividamento torna-se necessário para empresas de todos os setores da sociedade.

O objetivo das análises deve estar relacionado com a prestação de contas e transparência para as partes interessadas, tendo em seu conceito uma relação com a transparência das informações e com a responsabilidade dos gestores denominada de “*accountability*”. Segundo C. E. G. Silva (2009), existem três pilares da “*accountability*”, são eles: Transparência na execução dos serviços e nas relações com a sociedade; Prestação de contas e alocação de recursos e resultados alcançados; e Existência de mecanismos de responsabilização, manifestos de forma de controle social.

Para Randi et al. (2013), a divulgação dos relatórios de prestação de contas deve obedecer a períodos curtos, para análise do previsto *versus* real, de no máximo 30 dias. Para isso, deve ter processos de controle bem definidos para acompanhamento e monitoramento dos dados, e de forma periódica manter análises mais seguras e eficientes. Para o terceiro setor, é importante que essas análises possam estar divididas em dois contextos diferentes: prestação de contas no âmbito interno, apresentado para a gestão da organização e possíveis investidores, e no âmbito externo para os agentes externos. Os documentos e informações que são essenciais para a prestação de contas corretas, segundo o Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor (Grazioli et al., 2015) é composto pelos seguintes relatórios:

**Tabela 2**  
*Documentos necessários para a prestação de contas*

<b>Relatório</b>	<b>Significado</b>
Cópia do convênio	Contrato e termo de parceria, devem ser apensadas em cópias, quando for o caso acompanhados de parecer ou documento equivalente do órgão responsável pela fiscalização.
Demonstrações Contábeis	BP, DRE, DMPL, DFC e NE.*
Inventário Patrimonial	Relação de todos bens móveis e imóveis com identificação e características dos bens.
Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) ou Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)	Obrigação legal às entidades de interesse social, a sua falta pode implicar em futuros problemas ligados à transparência para com o governo.
Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)	Declaração imposta pelo governo a fim de relacionar os empregados que a entidade possui.
Parecer do conselho fiscal	Verificação das contas por diversos órgãos reguladores internos e externos à entidade.
Relatório de auditoria independente	Verificação da confiabilidade das demonstrações contábeis da instituição, por uma auditoria externa à organização.
Plano de trabalho	Mostra ações previstas, comparativamente com as realizadas e suas respectivas análises.
Relatório de atividade	Compõe os trabalhos desenvolvidos no período, acompanhado de elementos que comprovam a sua efetivação, de acordo com as normas da entidade.

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir do Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor (Grazzioli et al., 2015).

Nota: \* De acordo com a ITG 2002 – Entidade sem Finalidades de Lucros, devem ser elaboradas as seguintes demonstrações: balanço patrimonial (BP), demonstração do resultado do exercício (DRE), demonstração de mutações do patrimônio líquido (DMPL), demonstração do fluxo de caixa (DFC) e as notas explicativas (NE).

É preciso que as entidades do terceiro setor mantenham a sua prestação de contas regular e atualizada, para não implicar em problemas futuros como a perda do certificado de utilidade pública, que garante a isenção de pagamento de impostos, com o Ministério Público (MP). Em função da independência de cada Ministério Público, pode haver diferentes exigências, devendo os gestores e os profissionais da contabilidade se informar no órgão MP respectivo (Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor. Grazioli et al., 2015).

### 3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa possui característica exploratória, pois há uma lacuna de conhecimento em relação ao endividamento de empresas sem fins lucrativos, o qual pode impactar várias causas sociais (Gil, 2002, p. 41). Foi adotado o método quantitativo de pesquisa e foram selecionadas todas as OSCs ambientais catalogadas na base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019). A população total utilizada no estudo são as 37 OSCs no Brasil, cadastradas no banco de dados disponível das OSCs ambientais da base do IPEA (2019), tendo como critério de escolha, para o levantamento dos índices de endividamento, as entidades que tivessem, de forma pública e disponíveis em seus sítios eletrônicos, as informações contábeis, pelo critério de acessibilidade.

De acordo com o levantamento, a amostra foi composta por duas OSCs ambientais, o Instituto Costa Brasilis (ICB) e a Fundação Amazonas Sustentável (FAZ), por terem disponível de forma pública em seus sítios as demonstrações: BP; DRE; DFC; DMPL e NE.

O presente estudo delimita-se, de forma geográfica, às OSCs ambientais catalogadas na base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), que contenham informações públicas a respeito de suas demonstrações financeiras, notas explicativas e o



parecer dos auditores independentes para que seja possível o acesso às informações e assim proceder ao cálculo dos índices de endividamento, relacionando as análises de endividamento com o período histórico da crise financeira do Brasil à luz da teoria da dependência. De forma temporal, a pesquisa delimita-se ao período de 2014 a 2016, considerado a crise financeira no Brasil, para observação do comportamento da sustentabilidade financeiras das OSCs ambientais. Na Tabela 4 estão relacionadas as quatro métricas para mensuração do cálculo do endividamento das OSCs, suas respectivas fórmulas e significados.

**Tabela 4**

*Métrica do cálculo de endividamento*

Índice	Fórmula	Métrica	Significado	Situação
Grau de endividamento a curto prazo	$PC/Ativo\ Total * 100$	Porcentagem	Apresenta-se em % demonstrando o percentual do ativo que é financiado por recursos de terceiros.	Quanto menor, melhor
Grau de endividamento geral	$PC + PNC/ Ativo\ Total * 100$	Porcentagem	Expressa o percentual de endividamento total.	Quanto menor, melhor
Grau de Imobilização do PL	$Imobilizado/ PL * 100$	Porcentagem	Expressa o percentual de imobilização do patrimônio social	Quanto menor, melhor
Grau de recursos do PL que está no ANC	$ANC/PL$	Porcentagem	Expressa o percentual do PL aplicado no ativo não circulante	Quanto menor, melhor

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir de Neto (2015).

Para a análise dos resultados deste estudo, além das métricas de cálculo de endividamento, para que o cenário externo às OSCs pudesse ser analisado e os dados interpretados, foram utilizados dados setoriais. Assim, todos os fatores que alteraram o desempenho de uma OSC entraram na interpretação dos dados, sendo possível identificar de forma mais clara se há um problema na gestão da OSC ou se o período de dificuldade é derivado de uma política externa.

## 4 Resultados

O cenário da crise econômica do terceiro setor, no período de 2014, resulta em uma crise de financiamento, e diminuição dos incentivos e retração das doações na área social, provenientes de agentes internacionais ou nacionais (Guimarães, 2014). Em 2015 entra em vigor a Lei 13.019/2014, Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que define novas regras para as parcerias entre Estado e organizações não governamentais, com o objetivo de tornar estas relações mais transparentes. Implementação de incentivos fiscais para obter novos recursos, em que empresas e pessoas físicas podem destinar parte de seus impostos para projetos sociais (Rocha, 2015). Em 2016, a Lei 13.019 de 31 de julho de 2014, passa a valer, a partir de janeiro para recursos federais e estaduais. Esta crise econômica contribui para desativação de mais de 38 mil organizações sem fins lucrativos (Saraiva, 2019).

Segundo o IPEA, existem 37 OSCs no Brasil que possuem como área ou subárea de atuação o Meio Ambiente e proteção animal, porém dentre elas apenas duas divulgam todas as demonstrações financeiras, o Instituto Costa Brasilis e a Fundação Amazonas Sustentável, que por este critério de acessibilidade às informações é que foram utilizadas para este estudo.

#### 4.1 Perfis das OSCs Estudadas

Nessa subseção, são apresentados os perfis das instituições sem fim lucrativos que divulgam suas demonstrações contábeis e estão relacionadas na base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com o objetivo de contextualizar o trabalho realizado.

**Tabela 5**

*Perfil das OSCs (em milhares de reais)*

Nome da OSC	Ano de Fundação	Ano Base	Receita anual	Quantidade de fornecedores de recursos	Principal fornecedor de recurso	Superávit/déficit anual
Fundação Amazonas Sustentável	08/02/2008	2014	26.431	16	Bradesco	4.919
		2015	19.629	17	Bradesco	-4.777
		2016	36.629	16	BNDES	14.070
Instituto Costa Brasilis	13/02/2005	2014	71.928	3	Custeio	3.984
		2015	152.822	3	Custeio	8.125
		2016	156.683	3	Custeio	-4.414

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos *sites* da Fundação Amazonas Sustentável - FAS (2019) e Instituto Costa Brasilis (2019).

A Fundação Amazonas Sustentável (FAS) é uma entidade brasileira não governamental, sem fins lucrativos, criada pelo Banco Bradesco em parceria com o Governo do Estado do Amazonas. Posteriormente, passou a contar com o apoio da Coca-Cola Brasil (2009), do Fundo Amazonas (2010) e da Samsung (2010), além de outras parcerias em programas e projetos desenvolvidos. A missão da FAS é promover o envolvimento sustentável, a conservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das comunidades ribeirinhas do estado do Amazonas. As principais iniciativas são implementadas por meio do Programa Bolsa Floresta (PBF), Programa de Educação e Saúde (PES), Programa de Soluções Inovadoras (PSI) e Programa de Gestão e Transparência (PGT) (Fundação Amazonas Sustentável [FAS], 2019).

O Instituto Costa Brasilis (ICB) é uma entidade não-governamental sem fins lucrativos, que possui como missão o desenvolvimento socioambiental, integrando o desenvolvimento econômico com a preservação do patrimônio natural, social e cultural da região costeira. O Instituto possui projetos relacionados com a educação ambiental, arte e cultura, políticas públicas e de pesquisas, todas relacionadas ao meio ambiente. Além disso, também participa como membro integrante de diversos fóruns ambientais do litoral norte Paulista, como: Comitê de Bacias Hidrográficas, e o Grupo setorial de gerenciamento Costeiro (Instituto Costa Brasilis [ICB], 2019).

#### 4.2 Análise das OSCs

Após a realização da pesquisa na base de dados e a identificação das Instituições que divulgaram suas demonstrações contábeis completas nos anos de 2014 a 2016, período relacionado com a crise econômica brasileira, foi efetuada a coleta e consolidação das informações necessárias para os cálculos dos índices presentes neste estudo, conforme Tabelas 6, 7, 8 e 9 de base de cálculo.

**Tabela 6**

*Grau de endividamento a curto prazo*

Grau de Endividamento a Curto Prazo	FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL						Situação (Quanto menor melhor)
	2014	% Grau	2015	% Grau	2016	% Grau	

Passivo Circulante	3.184	4%	4.008	5%	3.089	3%	PC / Ativo Total * 100
Ativo Total	89.206		84.434		97.103		
<b>Grau de Endividamento a Curto Prazo</b>	<b>INSTITUTO COSTA BRASILIS</b>						<b>Situação</b>
	<b>2014</b>	<b>% Grau</b>	<b>2015</b>	<b>% Grau</b>	<b>2016</b>	<b>% Grau</b>	(Quanto menor, melhor)
Passivo Circulante	24.729	56%	24.329	47%	10.408	31%	PC / Ativo Total * 100
Ativo Total	44.263		51.988		33.653		

O grau de endividamento de curto prazo demonstra o percentual de ativo que é financiado por capital de terceiros de curto prazo. No caso da FAS, pode-se observar que esse índice apresenta mínimas variações ao longo do período estudado, sendo que a média do índice foi de 4%, demonstrando que a instituição é pouco financiada por capital de terceiros de curto prazo. No caso do ICB, pode-se observar que esse índice apresenta variações ao longo do período estudado, sendo o índice médio de 44,7%, demonstrando um financiamento por capital de terceiros de curto prazo em quase 50% do total.

**Tabela 7**

*Grau de endividamento geral*

<b>Grau de Endividamento Geral</b>	<b>FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL</b>						<b>Situação</b>
	<b>2014</b>	<b>% Grau</b>	<b>2015</b>	<b>% Grau</b>	<b>2016</b>	<b>% Grau</b>	(Quanto menor, melhor)
Passivo Circulante	3.184	6%	4.008	6%	3.089	4%	Passivo Total / Ativo Total * 100
Passivo Não Circulante	1.752		933		451		
Ativo Total	89.206		84.434		97.103		
<b>Grau de Endividamento Geral</b>	<b>INSTITUTO COSTA BRASILIS</b>						<b>Situação</b>
	<b>2014</b>	<b>% Grau</b>	<b>2015</b>	<b>% Grau</b>	<b>2016</b>	<b>% Grau</b>	(Quanto menor, melhor)
Passivo Circulante	24.729	56%	24.329	47%	10.408	31%	Passivo Total / Ativo Total * 100
Passivo Não Circulante	-		-		-		
Ativo Total	44.263		51.988		33.653		

O grau de endividamento geral é calculado pela divisão do passivo total (passivo circulante e passivo não circulante) pelo ativo total, e expressa o percentual do ativo que é financiado por capital de terceiros, independentemente se de curto ou de longo prazo. Esse índice na FAS é consideravelmente constante nos anos de 2014 e 2015, sendo que em 2016 apresentou uma queda de 2% no percentual total. Esse índice no ICB tem os mesmos índices do grau de endividamento de curto prazo, pois a entidade não possui valores no passivo não circulante, observa-se uma diminuição nos anos estudados, podendo significar que ao longo do tempo ela diminuiu a utilização de recursos financeiros de terceiros, contudo ainda não se autofinancia.

Como continuidade da análise de endividamento de terceiros, precisa-se levar em consideração outras informações disponíveis nas demonstrações financeiras, pois o passivo contempla desde contas a pagar com fornecedores e impostos, como empréstimos com terceiros. Esta informação é importante quando se analisa endividamento, pois parte deste passivo faz parte da operação, na geração de receita, outra representa custo financeiro. Na FAS seus passivos são compostos, na média dos períodos analisados, por 46% de receitas diferidas, valor que possui no longo prazo, e 29% por recursos de convênio, o restante refere-se a demais contas a pagar. No ICB, o percentual médio de recursos com convênio é de 92%.

**Tabela 8***Grau de imobilização do PL*

Grau de Imobilização do Patrimônio	FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL						Situação (Quanto menor, melhor)
	2014	% Grau	2015	% Grau	2016	% Grau	
Imobilizado	3.405	4%	3.331	4%	3.168	3%	Imobilizado / Patrimônio Líquido * 100
Patrimônio Líquido	84.270		79.493		93.563		
Grau de Imobilização do Patrimônio	INSTITUTO COSTA BRASILIS						Situação (Quanto menor, melhor)
	2014	% Grau	2015	% Grau	2016	% Grau	
Imobilizado	22.673	116%	16.361	59%	13.854	60%	Imobilizado / Patrimônio Líquido * 100
Patrimônio Líquido	19.534		27.659		23.245		

O grau de imobilização do patrimônio líquido representa quanto do capital social da entidade foi investido em imobilizado, é calculado pela divisão do imobilizado pelo patrimônio social e expressa o percentual de imobilização do patrimônio social. Na FAS esse índice apresenta um investimento em imobilizado de menos 5% do valor total do patrimônio social. No ICB esse índice demonstra que o imobilizado representa mais de 100% do valor total do patrimônio social, apontando que houve a necessidade de recursos de terceiros para compor seu imobilizado. Um ponto a ressaltar quando se analisa o ativo imobilizado é observar qual a operação da empresa e sua necessidade de imobilizado. Isto pode demonstrar que, uma vez pagos, os ativos gerarão receitas sem custos para a entidade. Outro ponto importante a se observar é se está ocorrendo aumento do ativo ou apenas redução em função da sua depreciação; nas duas entidades não há reposição dos ativos.

**Tabela 9***Grau de recursos do PL que está no ANC*

Grau de Recursos do PL que está no ANC	FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL						Situação (Quanto menor, melhor)
	2014	% Grau	2015	% Grau	2016	% Grau	
Ativo Não Circulante	3.540	4%	3.530	4%	3.434	4%	ANC / Patrimônio Líquido * 100

Patrimônio Líquido	84.270		79.493		93.563		
<b>Grau de Recursos do PL que está no ANC</b>	<b>INSTITUTO COSTA BRASILIS</b>						<b>Situação</b>
	<b>2014</b>	<b>% Grau</b>	<b>2015</b>	<b>% Grau</b>	<b>2016</b>	<b>% Grau</b>	(Quanto menor, melhor)
Ativo Não Circulante	22.673	<b>116%</b>	16.361	<b>59%</b>	13.854	<b>60%</b>	ANC / Patrimônio Líquido * 100
Patrimônio Líquido	19.534		27.659		23.245		

O grau de recursos do Patrimônio líquido que está no ativo não circulante é calculado dividindo o ativo não circulante pelo Patrimônio líquido, resultando no percentual do Patrimônio social que está aplicado no ativo não circulante. O Ativo não circulante compreende ativos a receber de longo prazo e o imobilizado; nos casos analisados observa-se que não existem outros valores significativos de longo prazo, sendo seu valor representado pelo ativo imobilizado da empresa. Ou seja, mantêm-se os percentuais que foram observados no grau de imobilização. Como visto na tabela anterior, há uma redução do ativo por conta da depreciação, mas também a empresa está gerando superávit (aumento do seu Patrimônio Social), logo aumentando o denominador, o que reduz os percentuais.

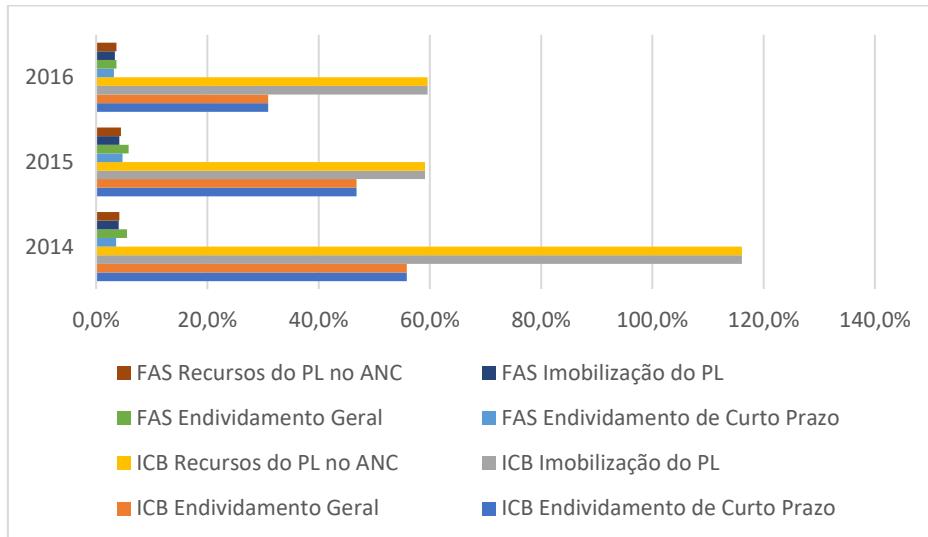
Segundo a teoria da dependência (Pfeffer & Salancik, 1978), as organizações possuem desafios em gerar recursos suficientes para sua sustentabilidade, sendo necessária a interdependência com agentes estratégicos de recursos a fim de manter sua continuidade. Quanto mais diversificadas as fontes de recursos de uma entidade, menos dependente se torna, pois estariam protegidas das variações externas relacionadas à economia. Os dados apontam que a FAS possui uma carteira diversificada de fornecedores de recursos, como pode ser observado na Tabela 5, na qual se explicam os perfis das OSCs, porém, mesmo diversificada, em questão de valores a carteira se concentra em 3 principais fornecedores de recursos, que somados representam em média 75% do total captado de recursos.

Para manter a operação, as organizações precisam administrar seus recursos financeiros de forma eficiente (Alves et al., 2009), sendo necessário ter reservas de recursos para o pagamento de despesas em períodos de baixo fluxo de caixa ou para investimentos estratégicos, essa reserva denomina-se capital de giro (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [SEBRAE], 2019). A FAS no período estudado apresenta capital de giro positivo, apontando que possui ativos com liquidez suficiente para quitar suas dívidas de curto prazo. Em 2014, o capital de giro da FAS apresentou um superávit de 84 milhões de reais, já em 2015 o superávit foi de 79 milhões de reais e, em 2016, de 93 milhões de reais, mostrando que a entidade poderia liquidar seus passivos circulantes independentemente do cenário econômico, ou seja, a instituição conseguiria se adaptar às flutuações de captação de recursos econômicos.

No ICB, no período de 2014, o capital de giro apresentou um superávit de 19 milhões de reais, já em 2015 o superávit foi de 27 milhões de reais e, em 2016, de 23 milhões de reais, demonstrando que a entidade, exceto no ano de 2014, poderia liquidar seus passivos circulantes independentemente do cenário econômico, ou seja, a instituição conseguiria se adaptar às flutuações de captação de recursos econômicos.

A Figura 1 aponta para uma convergência entre os índices conforme o passar do tempo, com a tendência a se estabilizar devido a poucas variações percentuais dos resultados da FAZ, e sobre o ICB demonstra que os índices estudados no período encontram-se elevados, sendo

que o grau de endividamento a curto prazo e o grau de endividamento geral não apresentam diferenças de percentual, mantendo-se abaixo de 100%. Já o Grau de imobilização do PL e o Grau de recursos do PL que está no ANC apresentaram uma grande variação com o decorrer dos anos. O ano de 2014 apresentou os índices mais altos e, em 2015 e 2016, eles diminuíram. Com isso é possível concluir que o ICB foi impactado pela crise, já que, ao contrário do ideal, seus registros contábeis se apresentaram instáveis.



**Figura 1** Índices de endividamento.

Para complementar as evidências sobre o endividamento, esta pesquisa buscou ampliar a mensuração da eficiência dos gastos pelas organizações através da *proxy* do nível de *overhead* que se refere às despesas ligadas ao funcionamento de uma empresa e que não são vinculados à fabricação ou produção de um produto ou serviço. São despesas em que o negócio incorre para permanecer no mercado. Conforme proposto por Hager, Wilson, Pollak e Rooney (2003), o índice de *overhead* é expressado pela divisão entre as despesas gerais e administrativas pelo total de despesas realizadas pela entidade. A interpretação é: quanto menor o valor do índice, maior será a eficiência na aplicação de recursos, pois significa que as despesas necessárias para se manter no mercado não são o principal valor incorrido como despesa, ou seja, o restante das despesas incorridas não é inerente à operação.

A Tabela 10 apresenta os resultados do índice da FAS nos anos estudados, apontando para manutenção do Índice de *overhead* constante.

**Tabela 10**

*Índice de overhead FAS*

FUNDAÇÃO AMAZONAS SUSTENTÁVEL	2014	2015	2016
Despesas Gerais e Adm.	5.964	6.569	6.273
Despesas Totais	21.936	25.368	23.247
Índice de <i>Overhead</i>	27%	26%	27%

Um fator importante na análise das despesas é observar quais foram os principais gastos que ocorrem na entidade pela sua natureza, pois numa situação de baixa entrada de recursos, a entidade pode melhor controlar estes gastos. Na FAS esta informação pode ser observada nos relatórios de auditoria divulgados pela entidade, nos quais se observa um equilíbrio no volume de despesas ao longo dos anos, demonstrando que não há gastos adicionais necessários para manter a entidade.

A Tabela 11 apresenta os resultados do índice do ICB nos anos estudados, verificando que a entidade não mantém um Índice de *overhead* constante, o qual aumentou de 2014 para 2016 em 30%, podendo significar que, no período de crise, apresentou dificuldade de manutenção de suas despesas, necessitando de mais recursos administrativos para a viabilização de seus projetos. No ICB, os demonstrativos disponíveis não apresentam o detalhamento dos gastos que estão alocados às despesas gerais e administrativas, impossibilitando um melhor entendimento das variações ocorridas ao longo dos anos.

**Tabela 11**

*Índice de overhead ICB*

<b>INSTITUTO COSTA BRASILIS</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Despesas gerais e adm.	1.094	14.167	51.301
Despesas totais	67.944	144.697	161.097
Índice de <i>Overhead</i>	<b>2%</b>	<b>10%</b>	<b>32%</b>

As entidades mantêm uma consistência na comparabilidade entre os anos, mas a forma de apresentação da demonstração do superávit / déficit do exercício não possibilita a comparabilidade.

De acordo com a CPC 00 – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, as informações financeiras devem ser úteis, relevantes e representar fidedignamente o que pretendem representar e sua utilidade é aumentada se puderem ser comparáveis, tempestivas e compreensíveis. A comparabilidade é uma característica qualitativa das demonstrações financeiras e são mais úteis aos usuários para compreenderem as similaridades e diferenças com informações reportadas por entidades similares e com dados de outros períodos da mesma entidade (Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC 00, 2019).

Estudos anteriores apontam os desafios da sustentabilidade financeira das ONGs. C.Cruz e Estraviz (2000) acreditam que toda entidade precisa de recursos para realizar a sua missão, e no terceiro setor a capacidade de variar os tipos de receita e não depender de apenas um tipo ajuda com que as organizações tenham permanência e continuidade de longo prazo. De forma similar, J. A. W. Cruz, Stadler, Martins e Rocha (2009) aponta, no seu estudo, que organizações do terceiro setor são menos dependentes quando possuem fornecedores de recursos de pessoas físicas do que as que recebem recursos do governo ou de pessoas jurídicas, pois nesse tipo de fornecedor de recurso a taxa de dependência individual é mais alta.

A FAS recebe mais recursos de pessoas jurídicas e foi analisado que elas têm alta taxa de dependência individual, sendo que alguns fornecedores de recursos são indispensáveis para continuar as atividades dessas instituições, e isso é um aspecto de risco para a instituição. Apesar disso, analisando os fatores estudados em conjunto, observa-se que a Fundação conseguiu manter sua operação, alterando suas fontes de recursos quando necessário, o que afirmam ambos os estudos anteriores de C. Cruz e Estraviz (2000) e de J.A.W. Cruz et al. (2009). Já no caso do ICB, não foi possível relacionar com o estudo, visto que não divulgam os dados relacionados aos seus fornecedores de recursos. A Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor (Gonçalves et al., 2018) aponta que instituições do terceiro setor que têm suas demonstrações contábeis auditadas possuem mais credibilidade frente a credores e possíveis fornecedores de recursos, além disso, traz mais confiabilidade à instituição, pois é possível saber como o dinheiro está sendo usado nos projetos.

## 5 Conclusão e recomendações

Este estudo buscou analisar o endividamento das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ambientais brasileiras, por meio dos índices de endividamento, à luz da teoria da dependência, identificando o risco de sustentabilidade financeira.

Os índices de endividamento foram compostos por: grau de endividamento de curto prazo, grau de endividamento geral, grau de imobilização do patrimônio líquido e o grau de recursos do patrimônio social que está no ativo não circulante. As médias dos resultados desses índices para a FAS no período estudado foram de respectivamente de 4%, 5,3%, 3,6% e de 4%. O ICB apresentou a média de resultado dos índices respectivamente de 44,6%, 44,6%, 78,3% e 78,3%. Os dados apontam que a FAS possui uma carteira diversificada de fornecedores de recursos, porém, mesmo diversificada, em questão de valores a carteira se concentra em 3 principais fornecedores de recursos, que somados representam em média 75% do total captado de recursos, com Índice de *overhead*, nos anos estudados, apontando para manutenção do constante. A entidade ICB nos anos estudados, verificou-se que a entidade não mantém um Índice de *overhead* constante, o qual aumentou de 2014 para 2016 em 30%, podendo significar que, no período de crise, apresentou dificuldade de manutenção de suas despesas, necessitando de mais recursos administrativos para a viabilização de seus projetos. Segundo a teoria da dependência (Pfeffer & Salancik, 1978), quanto mais diversificadas as fontes de recursos de uma entidade, menos dependente se torna, pois estariam protegidas das variações externas relacionadas à economia.

Para estudos futuros, tem-se como proposta o aprofundamento dos níveis de dependência financeira nas demais modalidades de entidades do terceiro setor.

## Referências

- Aldrich, H. E., & Pfeffer, J. (1976). *Organizations and environments*. Ithaca: New York State School of Industrial and Labor Relations, Cornell University.
- Alves, F., Fontenele, M. D. J., Moreira, M. V. C., & Silveira, R. E. (2009). *Gestão nas organizações do terceiro setor: contribuição para um novo paradigma nos empreendimentos sociais*. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. ANPAD, 33, São Paulo, Brasil.
- Araújo, P. de (2019). Ministério do Meio Ambiente. *Biomass*. Recuperado em 19 agosto, 2019, de <https://www.mma.gov.br/biomass.html>.
- Comitê de Datação de Ciclos Econômicos. CODACE. (2017). *Comunicado de 30 de outubro de 2017*. Recuperado em 8 maio, 2020, de <http://portalibre.fgv.br/>.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. CPC. (2019). *Estrutura conceitual para relatório financeiro*. CPC 00. Brasília. Recuperado em 2019, de [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573\\_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf).
- Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. CNUMAD. (1992). *Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países*. Recuperado em 19 agosto, 2019, de <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>.



Conselho Federal de Contabilidade. (2002). ITG (R1). *Entidade sem finalidades de lucros 2002-2015*. pp. 22. Recuperado em 14 maio, 2019, de [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002\(R1\)](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2015/ITG2002(R1)).

*Constituição da República Federativa do Brasil*. (1988). Diário Oficial da União, de 5 de outubro de 1988. Recuperado em 24 março, 2019, de [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp).

Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens Ameaçadas de Extinção. CITES. (1975). *Comércio internacional das espécies da flora e da fauna selvagens em perigo de extinção*. Texto aprovado pelo Decreto Legislativo n. 54/75 e promulgado pelo Decreto Federal n. 76.623, de 17 de novembro de 1975. Recuperado em 19 agosto, 2019 de <https://www.mma.gov.br/assuntos-internacionais/temas-multilaterais/item/886>.

Crepaldi, S. A. (2017). *Contabilidade gerencial: teoria e prática*. (8a ed.). Rio de Janeiro: Atlas.

Cruz, J. A. W., Stadler, H., Martins, T. S., & Rocha D. T. (2009). Avaliação de desempenho no terceiro setor: uma abordagem teórica de strategic accounts. *Revista Brasileira de Estratégia*, 2(1), p. 11-26.

*Decreto n. 6.527, de 1º de agosto de 2008*. Recuperado em 12 maio, 2020, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6527.htm).

Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC.

Franco, J., Pereira, M., & Sartori, R. (2008). *Captação de recursos para o terceiro setor: um estudo na cidade de Maringá-PR*. Recuperado em 20 outubro, 2019, de <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2003-gsa-0950.pdf>.

Frezatti, F. (2014). *Gestão do fluxo de caixa: perspectivas estratégica e tática*. (2a ed.) São Paulo: Atlas.

Fundação Amazonas Sustentável. FAS. (2019). Recuperado em 21 maio, 2019 de [www.fas-amazonas.org/transparencia](http://www.fas-amazonas.org/transparencia).

Fundo Amazônia. (2018). *Relatório Fundo Amazônia*. Recuperado em 13 maio, 2020, de [http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA\\_2018\\_port.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/rafa/RAFA_2018_port.pdf).

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

Gonçalves, H. S., Freitas, M. H. B., Silva, P. H. S., & Correia, J. J. A. (2018). Análise de indicadores de entidades do terceiro setor: estudo das melhores ONGS do Brasil. *Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor. Repats*. 5(2), p 764-780, jul./dez. Recuperado em 10 abril, 2019, de <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/REPATS/article/view/10355/pdf>.

Grazzioli, A., Campelo, A. L., Andrade, A. P., França, J. A., Paes, J. E. S., Mol, L.F., Carvalho, L. R. F., Monello, M. R., Martins, P. D., & Silva, S. V. (2015). *Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social*. Brasília: Setor de Indústrias Gráficas (SIG).

Guimarães, J. (2014). *Perspectivas para o terceiro setor em 2015*. 30 dez. 2014. Recuperado em 2 outubro, 2019, de <https://administradores.com.br/artigos/perspectivas-para-o-terceirosetor-em-2015>.

Hager, M. A., Wilson, S., Pollak, T. H., & Rooney, P. M. (2003). Response rates for mail surveys of nonprofit organizations: A review and empirical test. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 32(2), 252-267. Recuperado em 20 outubro, 2019 de <https://doi.org/10.1177/0899764003032002005>.

Hall, R. H. (1990). Desenvolvimentos recentes na teoria organizacional: uma revisão. *Ciência e Sociedade*, 15(4), p. 376-411.

Instituto Costa Brasilis. ICB. (2019). Recuperado em 21 maio, 2019 de <http://costabrasilis.org.br/transparencia>.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA. (2019). Recuperado em 15 março, 2019, de <https://mapaosic.ipea.gov.br/>.

*Lei 13.019, de 31 de julho de 2014*. Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Recuperado em 02 outubro, 2019, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm).

Martins, C. E., & Valência, A. S. (2001). Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria. *Lutas Sociais*, 7, p. 115-130.

Martins, E. (1999). Contabilidade versus fluxo de caixa. *Cadernos de Estudos*, FIPECAFI, São Paulo, n. 20.

Minatto, F., Oliveira, M. C. de., & Borba, J. A. (2019). CPT 403. Dependência e diversificação das receitas dos clubes de futebol brasileiros: O que sabemos? *Anais do Congresso ANPCONT*, São Paulo. Brasil. Recuperado em 12 agosto, 2019, de [http://www.anpcont.org.br/pdf/2019\\_CPT403.pdf](http://www.anpcont.org.br/pdf/2019_CPT403.pdf).

Miranda, K. J. (2009). A inteligência competitiva e seu impacto em organizações do Terceiro Setor. *Revista Terceiro Setor*, 3(1), p. 4-11.

Munck, L. (2014). *Gestão da sustentabilidade nas organizações*. (1a ed.). São Paulo: Cengage Learning.

Naves, R., & Canineu, M. L. (2015). *O impacto da crise no terceiro setor*. 07 dez. 2015. Recuperado em 2 outubro, 2019, de <http://www.parceirosvoluntarios.org.br/o-impacto-da-crise-noterceiro-setor/#targetText=Isso%20porque%20o%20mercado%2C%20afetado,significar%20maior%20Oprofissionaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20setor>.

Neto, A. A. (2015). *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico financeiro*. (11a ed.). São Paulo: Atlas.

Normas Brasileiras de Contabilidade. (2006). *NBC T 15, aprovada pela Resolução n. 1.003/04*. Brasília. Recuperado em 24 março, 2019, de <https://nemas.paginas.ufsc.br/files/2012/12/2-nbct15.pdf>.

Pfeffer, J., & Salancik, G. (1978). *The external control of organizations: a resource dependence perspective*. New York: Harper & Row.

Randi, A., Silva, A. L. P., Sales, D., Joazeiro, E. M. G., Biancarelli, E., Giangrande, F. A. L., Lisboa, I., Baptista, J., Campos, M. D., Montoan, M. T. E., Filho, M. A. N., Pereira, M., Depraz, M. H., & Marques, O. (2013). *Gestão para Organizações Não Governamentais*. (1a ed.). Florianópolis: Editora Tribo da Ilha.

Rocha, J. (2015). *Entenda o marco regulatório do terceiro setor*. 14 jul. 2015. Recuperado em 8 outubro, 2019, de [https://observatorio3setor.org.br/noticias/entenda-o-marco-regulatorio-doterceiro-setor/#targetText=O%20próximo%20dia%2027%20de,da%20Sociedade%20Civil%20\(MRO%20SC\)](https://observatorio3setor.org.br/noticias/entenda-o-marco-regulatorio-doterceiro-setor/#targetText=O%20próximo%20dia%2027%20de,da%20Sociedade%20Civil%20(MRO%20SC)).

Salomão, L. (2018). Em cinco anos, orçamento do ministério do Meio Ambiente cai R\$ 1,3 bilhão diz estudo. *GI, Globo*, 26 mar. 2018. Recuperado em 12 maio, 2020, de <https://g1.globo.com/natureza/noticia/em-cinco-anos-orcamento-do-ministerio-do-meio-ambiente-cai-r-13-bilhao-diz-estudo.ghtml>.

Santos, S. X. dos. (2012). *Entidade do terceiro setor*. (1a ed.). Natal/RN: EdUnP. Recuperado em 21 maio, 2019, de [https://conteudo.unp.br/ebooks\\_ead/Organizacao\\_no\\_Terceiro\\_Setor.pdf](https://conteudo.unp.br/ebooks_ead/Organizacao_no_Terceiro_Setor.pdf).

Saraiva, A. (2019). *Crise contribui para desativação de mais de 38 mil organizações sem fins lucrativos*. 05 abr. 2019. Recuperado em 8 outubro, 2019, de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/24161-criese-contribui-para-desativacao-de-mais-de-38-mil-organizacaoessem-fins-lucrativos>.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Sebrae. (2019). *Capital de giro: aprenda o que é e como funciona o da sua empresa*. 31/01/2019. Recuperado em 14 maio, 2019, de <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-e-como-funciona-o-capital-de-giro,a4c8e8da69133410VgnVCM1000003b74010aRCRD>.

Silva, A. A. da. (2017). *Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis*. (5a ed.). São Paulo: Atlas.

Silva, C. E. G. (2009). *Prestação de contas e controle social no terceiro setor de Belo Horizonte: uma análise sob as perspectivas Institucional e da Racionalidade*. Encontro da Associação dos Programas de Pós-graduação em Administração, EnANPAD, 33, São Paulo, Brasil.

Starosky, L., Carli, S. B., & Toledo J. R. (2012). *A importância da administração financeira nas organizações do terceiro setor*. Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, EGEPE, 7, Florianópolis, Brasil.

Tachizawa, T. (2014). *Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação*. (6a ed.). São Paulo: Atlas.

Téles, C. C. (2003). *Análise dos demonstrativos contábeis: índices de endividamento*. Universidade Federal do Paraná, Belém. Recuperado em 08 maio, 2019, de <http://peritocontador.com.br/wp-content/uploads/2015/03/Cristhiane-Carvalho-Teles-%C3%8Dndices-de-Endividamento.pdf>.

Wheelen, T. L., & Hunger, J. D. (2012). *Strategic management and business policy* (13th ed.). Upper Saddle River, NJ: Pearson Education.